

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.910 - GO (2019/0139893-7)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**
ADVOGADO : **RENATA BORGES SILVA E OUTRO(S) - GO032703**
AGRAVADO : **ROGERIO NAKAE DA SILVA**
ADVOGADO : **WITER ELIAS DE SIQUEIRA - GO027288**

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo **MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"Apelação Cível. Ação de revisão do valor da desapropriação. I - Ausência de interesse processual. Não caracterização. Não há falar em ausência de interesse processual quando se verificar que o autor tem necessidade de buscar a tutela jurisdicional para proteger, resguardar ou conservar o direito postulado, como na espécie. II - Inobservância do procedimento para a desapropriação do imóvel. Inocorrência. Conquanto preveja o artigo 20, do Decreto-Lei n. 3.365/1941, que a impugnação ao valor indenizatório, no caso de desapropriação, pode ocorrer no momento da apresentação da peça contestatória, na correspondente ação judicial expropriatória, nada obsta o ajuizamento de ação visando a revisão do valor ofertado administrativamente a título de indenização por desapropriação do imóvel, posto que, à época de propositura da demanda, estava em vigência o Decreto n. 1873/2008, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel do autor/apelado. III - Possuidor. Recebimento de indenização pela perda da posse. Possibilidade. Precedentes do STJ. O Superior Tribunal de Justiça assegura ao possuidor o direito de ser indenizado pela perda do direito possessório e alberga o entendimento de que a exigência estabelecida pelo art. 34 do Decreto Lei n. 3.365/41 somente será cabível quando houver dúvida sobre o domínio do bem. IV - Pagamento da indenização devida. Não comprovação do fato extintivo do direito do autor. Não restou comprovado o alegado pagamento da indenização pela desapropriação do bem no caso em comento, posto que a área em debate não foi tratada pelo Decreto Municipal n. 502/2004, mas, sim, pelo Decreto Municipal n. 1873/2008, não tendo, ademais, sua desapropriação sequer ocorrido. V - Indenização. Valor apurado pela perícia. Justo preço. Correta é a sentença que assegura ao

proprietário a justa indenização, de acordo com a avaliação do imóvel firmada em laudo judicial, tendo sido respeitados os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. VI - Majoração dos honorários advocatícios. Pedido realizado em contrarrazões. Inadequação. Não merece acolhimento a postulação de majoração do valor arbitrado a título de honorários advocatícios, vez que inviável a formulação de pedido em sede de contrarrazões, sendo exigível, para tanto, via recursal autônoma ou adesiva. VII - Honorários sucumbenciais recursais. Fixação. Tendo sido a sentença apelada proferida e publicada na vigência do novo CPC, devem ser majorados os honorários sucumbenciais nela arbitrados, nos termos do § 11 do artigo 85 daquele Código. Apelação cível conhecida e desprovida" (fl. 410e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos arts. 17, 485, VI, do CPC/2015, 2º, 10, 20, 34 do Decreto-Lei 3.365/41, 209, 210 e 1.228, §3º, do Código Civil, sustentando que: **a**) "é forçoso destacar, com respaldo nas prescrições provenientes o do artigo 10, do Decreto-Lei nº 3.365/1941 c/c artigos 209 e 210, ambos do CC/2002, o que o Decreto Municipal nº 1.873/2008, de 17 de julho de 2008, responsável por declarar de utilidade pública o imóvel objeto da ação em comento, caducou, tendo em vista que, no intervalo temporal de 05 (cinco) anos, contados da expedição do aludido decreto, não houve a celebração de acordo administrativo entre o recorrido e esta municipalidade" (fl. 427e); **b**) "conforme prescrição contida no artigo 20, do Decreto-Lei nº 3.365/1941, a impugnação ao valor indenizatório, no caso de desapropriação, deve, necessariamente, ocorrer no momento da apresentação da peça contestatória, na correspondente ação judicial expropriatória, a qual não foi proposta no caso em foco" (fls. 427/428e); **c**) "é notória a falta de interesse processual do recorrido, tendo em vista que a tutela jurisdicional, prestada no caso em questão, não era necessária, visto que o respectivo decreto expropriatório municipal caducou, devendo a utilidade, pretendida pelo recorrido, ser outorgada por intermédio de peça contestatória numa possível ação de desapropriação a ser proposta pelo Poder Público Local (artigo 17, do CPC/2015)" (fl. 429e); **d**) "é imperioso assegurar a necessidade de extinção do presente processo sem a resolução meritória, em razão da patente ausência de interesse processual, pois o binômio utilidade/necessidade inequivocamente não se faz presente no caso em foco, já que inexistente qualquer ação expropriatória municipal atual em relação ao imóvel em destaque (artigo 485, inciso VI, do CPC/2015)" (fl. 429e); **e**) "somente o proprietário pode ser indenizado, a título de desapropriação, pelo valor integral do imóvel, no qual se inclui o terreno e as correspondentes benfeitorias, sendo que, no caso em tela, o recorrido não ostenta, legalmente, tal qualidade, inexistindo, nos autos em questão, prova

Superior Tribunal de Justiça

cabal acerca do real titular do domínio do imóvel em foco" (fl. 429e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Contrarrazões a fls. 444/446e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 448/449e), foi interposto o presente Agravo (fls. 454/464e).

Contraminuta a fls. 560/565e.

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, acerca das teses de caducidade e de que a impugnação ao valor indenizatório, no caso de desapropriação, deve, necessariamente, ocorrer no momento da apresentação da peça contestatória, manifestou-se o Tribunal de origem:

"In casu, pretende o autor/recorrido a revisão do valor oferecido administrativamente pelo Município réu/apelante a título de indenização pela eventual e futura desapropriação do imóvel objeto da ação.

Dessa forma, **a ação de origem visa, precipuamente, revisar o valor oferecido administrativamente pelo Município de Goiânia, que será devido em caso de futura desapropriação do bem, tendo natureza meramente declaratória e não condenatória.**

Dessa forma, como bem registrou o magistrado sentenciante, 'muito embora o decreto que declarou a propriedade de utilidade pública para fins de desapropriação tenha caducado, óbice não há para que, desde já, se avalie o seu valor, sobretudo considerando a possibilidade de futuramente ele vir a ser novamente declarado de utilidade pública. Portanto, **possuindo o presente feito natureza acautelatória e declaratória, não reputo que a caducidade do decreto prejudique a pretensão aqui deduzida, tampouco se me afigura falecer o interesse processual por essa mesma razão.**'

Portanto, há interesse processual do autor, visto que a apreciação da pretensão inicial poderá lhe trazer resultado útil ao final do processo, permitindo-lhe, no caso do reconhecimento da procedência do pedido, obter pronunciamento judicial referente ao valor da indenização devida em caso de desapropriação do imóvel descrito na exordial.

Desta forma, verifico que a ação intentada atende aos pressupostos da necessidade e utilidade, não havendo falar em ausência de interesse processual na situação em apreço.

(...)

Não há, ainda, falar em afronta à previsão contida no artigo 20, do Decreto-Lei n. 3.365/1941.

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, conquanto preveja o referido dispositivo de lei que a impugnação ao valor indenizatório, no caso de desapropriação, pode ocorrer no momento da apresentação da peça contestatória, na correspondente ação judicial expropriatória, nada obsta o ajuizamento de ação visando a revisão do valor ofertado administrativamente a título de indenização por desapropriação do imóvel, posto que, à época de propositura da demanda, estava em vigência o Decreto n. 1873/2008, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel do autor/apelado.

Outrossim, não há falar em 'substituição da vontade do ente público pela do particular, em nítida vulneração ao poder administrativo discricionário e ao princípio da indisponibilidade do interesse público', como pretende fazer-se crer o Município apelante, posto que, **reitere-se, a ação em trâmite possui natureza meramente declaratória e não condenatória, não tendo sido a municipalidade condenada a desapropriar o imóvel em debate ou indenizar o autor/apelado, mas, sim, declarado que, em caso de eventual e futura desapropriação do bem descrito na exordial, o valor a ser pago a título de desapropriação será o ora encontrado pelo perito e declarado na sentença apelada**" (fls. 398/399e).

Do exposto, constata-se que o recorrente não infirmou, de forma específica, os fundamentos suficientes destacados, utilizados pelo Tribunal de origem. Destarte, incide, na espécie, a Súmula 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"), por analogia.

Ademais, a reversão do entendimento adotado pelo Tribunal **a quo**, acerca da existência de interesse processual na demanda, exigiria a incursão no conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Além disso, conforme excerto colacionado, constata-se ter concluído o Tribunal de origem que "nada obsta o ajuizamento de ação visando a revisão do valor ofertado administrativamente a título de indenização por desapropriação do imóvel, posto que, à época de propositura da demanda, estava em vigência o Decreto n. 1873/2008, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel do autor/apelado" (fl. 399e).

Desse modo, conclui-se que é incabível a análise do acerto da fundamentação do Tribunal de origem, o qual se baseou na interpretação do Decreto Municipal 1.873/2008,

Superior Tribunal de Justiça

para solução da controvérsia, de vez que incide o teor da Súmula 280/STF ("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário").

Por outro lado, no tocante ao cabimento da indenização, manifestou-se o Tribunal de origem:

"Quanto à alegação de ausência de comprovação da propriedade do imóvel pelo autor/apelado, registre-se que o Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência remansosa no sentido de que o expropriado que detém somente a posse do imóvel tem direito a receber a indenização pela desapropriação do bem.

Com efeito, a exigência do art. 34 do Decreto-Lei 3.365/41 impõe-se quando há dúvida sobre o domínio decorrente de disputa quanto à titularidade do bem, o que inexistente na hipótese em apreço.

(...)

Outrossim, o próprio réu/apelante indicou o autor/apelado como proprietário do imóvel para fins de recebimento da indenização ofertada pela sua desapropriação no processo administrativo de indenização de bens desapropriados, que tramitou perante a Agência Municipal de Obras do Município de Goiânia (evento 03, documento 04), não restando, portanto, dúvidas de que a condição de posseiro do apelado se encontra efetivamente demonstrada, inclusive pelos próprios atos engendrados pelo Município de Goiânia, em nítida conduta contraditória, vedada pelo ordenamento jurídico pátrio" (fls. 399/401e).

Com efeito, verifica-se que o Tribunal de origem adotou orientação em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de ser cabível o pagamento de indenização ao possuidor do imóvel, sobretudo quando o próprio ente expropriante reconheceu essa situação. Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE. DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA. ARBITRAMENTO DA INDENIZAÇÃO. LEVANTAMENTO POR POSSUIDORES. VIOLAÇÃO A NORMATIVO FEDERAL. LEVANTAMENTO DOS VALORES. CONDICIONAMENTO À REGULARIDADE DO DOMÍNIO. DESCARACTERIZAÇÃO. SITUAÇÃO DE POSSE. FALTA DE OPOSIÇÃO DE TERCEIROS QUANTO À CERTEZA DO DOMÍNIO.

1. **É cabível a indenização por desapropriação em favor do possuidor do imóvel, hipótese na qual inaplicável o teor do art. 34 do Decreto-Lei 3.365/1941 uma vez inexistente a dúvida sobre o domínio, sobremaneira quando o próprio ente expropriante, quando da propositura da ação, reconheceu essa situação. Precedentes.**

2. Agravo conhecido para negar provimento ao recurso especial" (STJ, AREsp 1.330.637/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/08/2018).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. INDENIZAÇÃO AO DETENTOR DA POSSE. POSSIBILIDADE. ART. 34 DO DECRETO-LEI 3.365/1941. NÃO VIOLAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Segundo José dos Santos Carvalho Filho, a "desapropriação é o procedimento de direito público pelo qual o Poder Público transfere para si a propriedade de terceiro, por razões de utilidade pública ou de interesse social, normalmente mediante o pagamento de indenização" (Manual de direito administrativo, 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 808).

2. No caso concreto, contudo, houve a expropriação da posse, a qual, em certos casos, é aceita pela jurisprudência do STJ. No REsp 769.731/PR, Relator Ministro Luiz Fux, a Primeira Turma do STJ fez constar na ementa do julgado o seguinte trecho: "1. A desapropriação de posse não se insere na exigência do art. 34 do Dec.-Lei 3.365/41 para o levantamento da indenização, que deve ser paga a título de reparação pela perda do direito possessório. Precedentes desta Corte: REsp 184762/PR; DJ 28.02.2000; AG 393343, DJ 13.02.2003; REsp 29.066-5/SP, RSTJ 58:327.

2. A desapropriação atinge bens e direitos, mobiliários e imobiliários, corpóreos e incorpóreos, desde que sejam passíveis de apossamento e comercialidade, tenham valor econômico ou patrimonial e interessem à consecução dos fins do Estado.

3. **Consoante jurisprudência do E. Supremo Tribunal Federal, verbis: 'Tem direito à indenização não só o titular do domínio do bem expropriado, mas também, o que tenha sobre ele direito real limitado bem como direito de posse' (STF, RE 70.338, Rel. Antonio Nader).**

4. Deveras, a exigência do art. 34 do DL 3.365/41 impõe-se quando a dúvida sobre o domínio decorre de disputa quanto à titularidade do

Superior Tribunal de Justiça

mesmo.

5. A posse, conquanto imaterial em sua conceituação, é um fato jurígeno, sinal exterior da propriedade. É; portanto, um bem jurídico e, como tal, suscetível de proteção. Daí por que a posse é indenizável, como todo 'e qualquer bem. (In, Recurso 'ex officio' nº 28.617, julgado pelo extinto 2º Tribunal de Alçada do Estado de São Paulo, publicado na Revista dos Tribunais nº 481, em Novembro de 1975, às páginas 154/155)".

3. (....)

8. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.717.208/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/11/2018).

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para **negar provimento** ao Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora